

Dívida com a França é reescalonada

EXTERNA

Humberto Prader

O Governo Federal assinou o acordo de reescalonamento de US\$ 2,76 bilhões da dívida do País com o governo da França, em solenidade realizada ontem no Palácio do Planalto, na presença do presidente Fernando Collor e do embaixador da França no Brasil, Jean Bernard Ouvrieu.

O documento foi firmado pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, e pelo secretário-geral do Clube de Paris, Jean François Cirelli. Este é o primeiro acordo fechado pelo Brasil com um país membro do Clube de Paris, após a assinatura do acordo geral, com esta instituição, em fevereiro passado.

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, disse que, nos próximos dois meses, acordos semelhantes com outros 12 países membros do Clube de Paris deverão ser concluídos. Pelo acordo assinado, agora, o Brasil pagará US\$ 2,76 bilhões, no prazo de 14 anos, já incluído o período de carência, explicou o ministro da Economia. Marcílio salientou que o primeiro pagamento será efetuado somente em junho de 1995.

O embaixador Jean Bernard Ouvrieu destacou que a assinatura deste acordo representa, como consequência imediata, a demonstração de que o Brasil tem hoje uma normalidade em suas relações financeiras com a França. O embaixador afirmou ainda que a assinatura do acordo significa também um sinal de confiança do governo francês na política econômica do Brasil.

O acordo representa, na prática, o restabelecimento das linhas de financiamento das instituições financeiras, da França, para as importações brasileiras, segundo as explicações dadas pelo chefe do Departamento de Relações Internacionais do Ministério da Economia, Derot Medeiros.



O embaixador da França, Jean Bernard Ouvrieu, acerta com Collor os detalhes do acordo que refinancia US\$ 2,76 bilhões

“Reforma fiscal traz incentivo”

“O acordo da dívida externa é favorável ao Brasil, mas não garante por si só o aumento maciço do fluxo dos investimentos estrangeiros no Brasil”. A afirmação é do sócio-diretor da Ernst & Young, Sotec, George Roth, ressaltando que o acordo é “um passo importante, mas que terá de ser acompanhado pelas reformas que estão sendo propostas pelo Governo, das quais a principal é a reforma fiscal, se o Brasil quiser realmente atrair os investimentos estrangeiros”.

George Roth disse que a eliminação das restrições ao capital estrangeiro passam necessariamente por uma reforma fiscal que simplifique a arrecadação tributária através da diminuição do número de impostos, aperfeiçoamento significativo do sistema de fiscalização e redução da carga tributária sobre as empresas.

Além disso, segundo o sócio-diretor da Ernst & Young, Sotec, são imprescindíveis para a atração dos investimentos estrangeiros a modernização dos portos para facilitar o comércio internacional; a instituição de uma nova legislação trabalhista e o incentivo para a captação de tecnologia.